

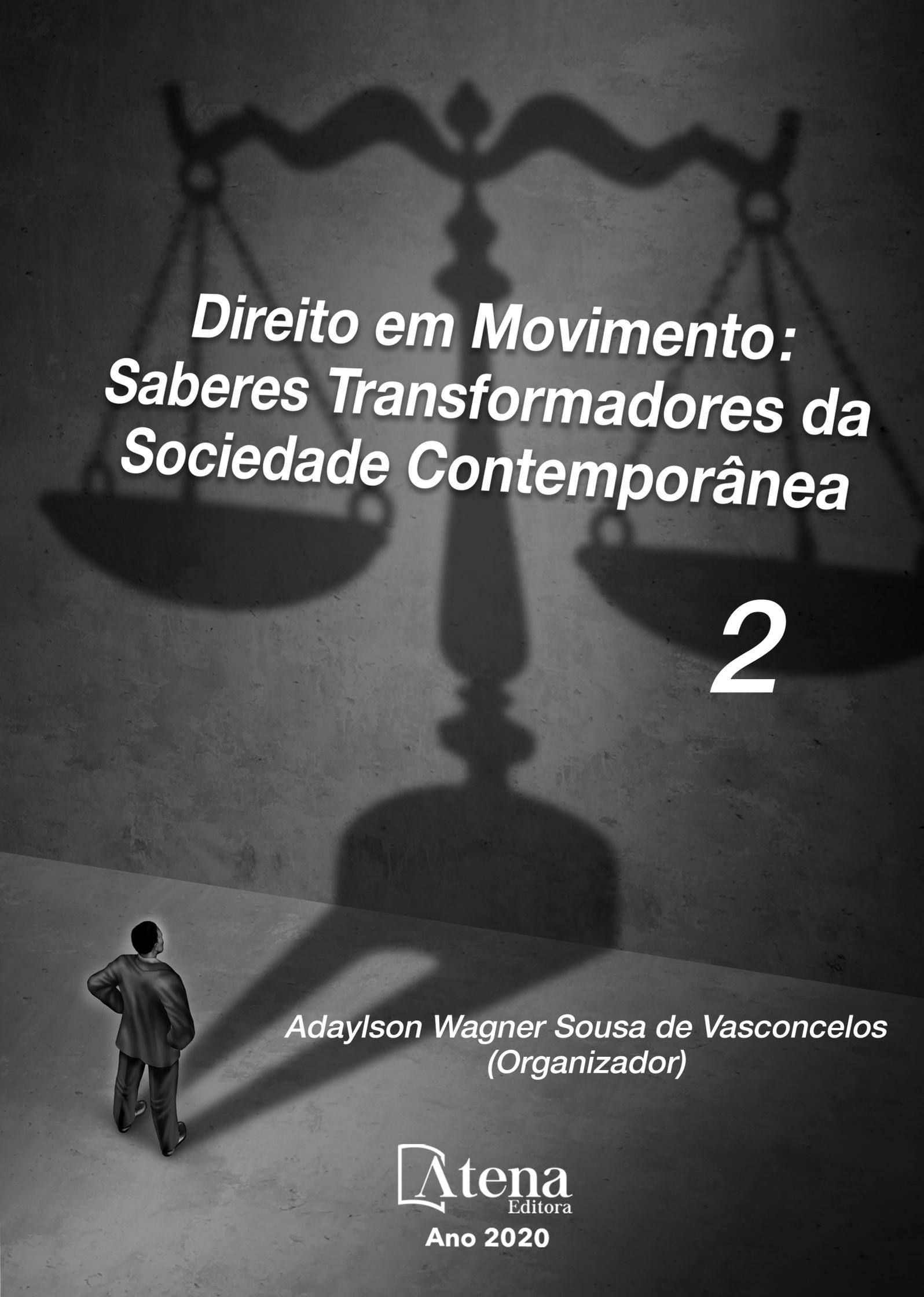
***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

2

***Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)***

Atena
Editora

Ano 2020



***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

2

***Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)***

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Direito em movimento: saberes transformadores da sociedade contemporânea

2

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D598 Direito em movimento [recurso eletrônico] : saberes transformadores da sociedade contemporânea 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-270-8

DOI 10.22533/at.ed.708201808

1. Sociologia jurídica. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Série.

CDD 340.115

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Coletânea de vinte e um capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, discute temáticas que circundam a grande área do Direito e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber e com as múltiplas ações e reações da sociedade que se exercita por transformações.

Assim, nesse segundo volume, temos dois grandes grupos de reflexões que explicitam as mutações sociais diárias e que o Direito estabelece relações para um regular convívio entre sujeitos.

Em cinco singelas divisões estão debates que circundam o constitucionalismo, o processo e o direito civil, o direito do consumidor, os atores do processos e as universidades e o ensino jurídico.

Nesse primeiro momento, temos análises sobre o controle de constitucionalidade concentrado e a ação popular.

Passando para temas do processo e do direito civil, alcançamos contribuições que versam sobre a prescrição civil no direito brasileiro e argentino, o processo civil e a repercussão geral, o utilitarismo normativo, a desconsideração da personalidade jurídica, embargos de declaração, bem como a tomada de decisão apoiada e o apoyo al ejercicio de la capacidad. Contratos, proteção de dados, doação e sucessão, além de responsabilidade civil médica são conteúdos abordados na etapa.

Sobre direito do consumidor, temos estudos sobre a teoria do desvio produtivo e sobre o superendividamento.

Dos atores do processo, há análises sobre a relevância do papel do advogado nas negociações e instaurações da cultura de paz, principalmente em cenário de crise econômica, e sobre o desenvolvimento do modelo de responsabilidade dos juízes.

Alcançando as universidades e o ensino jurídico, contribuições para pensar a representação feminina nas universidades, refletir criticamente o ensino jurídico pátrio e abordar o ensino da Antropologia como marca de promoção de um ensino voltado para os direitos humanos se mostram como abordagens reflexivas urgentes e necessárias, não só para o Direito, mas também na construção de uma sociedade atenta as mutações permanentes.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO: ANÁLISE DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	
Bruno de Oliveira Rodrigues Jivago Pizarro Ulguim Leorimir de Moura Furtado Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.7082018081	
CAPÍTULO 2	16
A (IM)POSSIBILIDADE DE DISCUTIR LEI EM TESE EM AÇÃO POPULAR	
Fabiana de Paula Lima Isaac Mattaraia Sebastião Sérgio da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.7082018082	
CAPÍTULO 3	25
AS DIFERENÇAS ENTRE BRASIL E ARGENTINA QUANTO À SUSCITAÇÃO PROCESSUAL DA PRESCRIÇÃO CIVIL	
Gilberto Fachetti Silvestre Felipe Sardenberg Guimarães Três Henriques Tiago Loss Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.7082018083	
CAPÍTULO 4	33
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL	
Gabriela Araldi Walter Jamille Ghislandi Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.7082018084	
CAPÍTULO 5	45
“UTILITARISMO NORMATIVO”: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO CIVIL	
Maria Izabel Pereira de Azevedo Altoé Milton Junior Barros Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.7082018085	
CAPÍTULO 6	60
COMO DISTINGUIR A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DE FIGURAS AFINS? PANORAMA DO PROBLEMA E REPERCUSSÕES (POSSÍVEIS E ATUAIS) NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
Hector Cavalcanti Chamberlain Patrícia de Arruda Pereira Filipe Ramos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7082018086	
CAPÍTULO 7	71
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	
Guilherme Russo Vanazzi	
DOI 10.22533/at.ed.7082018087	

CAPÍTULO 8	82
A TOMADA DE DECISÃO APOIADA E O APOYO AL EJERCICIO DE LA CAPACIDAD: COMPARAÇÃO DOS ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS	
Bruna Figueira Marchiori Gabriela Azeredo Gusella Gilberto Fachetti Silvestre	
DOI 10.22533/at.ed.7082018088	
CAPÍTULO 9	95
A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS: ANÁLISE DO ART. 421 DA LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002, À LUZ DA POLÍTICA JURÍDICA	
Adelcio Machado dos Santos Levi Hülse	
DOI 10.22533/at.ed.7082018089	
CAPÍTULO 10	110
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Renata Aparecida Follone Cassiane de Mello Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.70820180810	
CAPÍTULO 11	125
DOAÇÃO E SUCESSÃO: INSTITUTOS QUE IMPEDEM A REVERSÃO DO BEM AO DOADOR QUE SOBREVIVER AO DONATÁRIO	
Alessandra Yadein Rodrigues Thiago Rodrigues Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.70820180811	
CAPÍTULO 12	138
O DESEQUILÍBRIO CONTRATUAL PROVOCADO PELA LEI Nº 10.931/04 E SUA INCOMPATIBILIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98	
Franck Gilberto Oliveira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.70820180812	
CAPÍTULO 13	146
A IMPORTÂNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE NAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA	
Claudia Regina Althoff Figueiredo Henrique Manoel Alves Kevin de Carvalho Rozza	
DOI 10.22533/at.ed.70820180813	
CAPÍTULO 14	154
A TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR: O TEMPO PERDIDO EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS	
Emerson Andrade Gibaut Teila Rocha Lins D'Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.70820180814	
CAPÍTULO 15	168
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O SUPERENDIVIDAMENTO	
Augusto Ogrodowski Larissa Suzane Biscaia Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.70820180815	

CAPÍTULO 16	185
A NEGOCIAÇÃO E A CULTURA DA PACIFICAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO EFICAZ DO ADVOGADO DIANTE DA CRISE ECONÔMICA	
Danielle Cupello	
DOI 10.22533/at.ed.70820180816	
CAPÍTULO 17	196
O DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE RESPONSABILIDADE DOS JUÍZES A PARTIR DA IDADE MODERNA	
João Vitor Sias Franco	
DOI 10.22533/at.ed.70820180817	
CAPÍTULO 18	207
A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS UNIVERSIDADES E A CONCREÇÃO DA CIDADANIA	
Selma Cristina Tomé Pina	
Juvêncio Borges Silva	
DOI 10.22533/at.ed.70820180818	
CAPÍTULO 19	221
ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ENSINO JURÍDICO NO BRASIL	
Rosiane Sasso Rissi	
DOI 10.22533/at.ed.70820180819	
CAPÍTULO 20	235
O ENSINO DA ANTROPOLOGIA NOS CURSOS JURÍDICOS E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: PARA PENSAR O DIREITO ALÉM DA TÉCNICA	
Danley Dênis da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.70820180820	
CAPÍTULO 21	241
OS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: DA ERA VARGAS À CONSTITUIÇÃO CIDADÃ	
José Vitor Lemes Gomes	
Camila Ramos Ferreira Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.70820180821	
SOBRE O ORGANIZADOR	257
ÍNDICE REMISSIVO	258

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Data de aceite: 03/08/2020

Data de submissão: 04/05/2020

Renata Aparecida Follone

Universidade de Ribeirão Preto-UNAERP

Ribeirão Preto-SP

CV: <http://lattes.cnpq.br/8477584847303462>

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3470-3615>

Cassiane de Mello Fernandes

Universidade de Ribeirão Preto-UNAERP

Faculdade de Barretos

Barretos - SP

CV: <http://lattes.cnpq.br/4338400517652873>

RESUMO: O mundo contemporâneo é caracterizado pela grande quantidade de informações lançadas na rede mundial de computadores e as conseqüentes formas de utilização desses dados. Com isso, surgem entraves jurídicos importantes ligados aos direitos da personalidade, em especial a privacidade, no tocante ao mau uso, ou ao uso não autorizado, desses dados. O presente trabalho tem por finalidade discutir o contexto da exposição de dados pessoais de crianças quando os pais, familiares, amigos ou qualquer pessoa ligada aos menores, que inserem

informações a respeito destes na internet, denominado *sharenting* em contraposição à liberdade de expressão. Para tanto, a prática será analisada através dos mecanismos do Marco Civil da Internet (MCI), da Lei Geral de Proteção de Dados pessoais (LGPD) e da jurisprudência para endereçar tal colisão de normas. O artigo, também, analisa o papel dos provedores de aplicação, em especial redes sociais e ferramentas de busca, na criação de mecanismos que assegurem o direito ao esquecimento das crianças e que previnam o compartilhamento exagerado de informações pelos pais; a esse respeito, foi realizada a comparação dos modelos brasileiro e europeu. Ao final, dentro do cenário normativo, conclui-se que a LGPD buscou impor limites no tratamento dos dados das crianças, medida esta que transmite o que há de mais avançado em termos de fortalecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e protagonistas de seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: *Sharenting*. Liberdade de Expressão. Privacidade. Direito ao Esquecimento. Proteção de Dados Pessoais.

ABSTRACT: The contemporary world is characterized by the large amount of information released on the world wide web and the consequent ways of using this data. As a result, important legal barriers to personality rights arise, in particular privacy regarding misuse or unauthorized use of such data. The purpose of this paper is to discuss the context of the exposure of children's personal data when parents, family members, friends or anyone related to minors, who enter information about them on the Internet, called shareting as opposed to freedom of expression. To this end, the practice will be analyzed through the mechanisms of the Internet Civil Framework (MCI), the General Personal Data Protection Act (LGPD) and case law to address such a collision of rules. The article also examines the role of application providers, particularly social networks and search engines, in creating mechanisms that ensure children's right to forget and prevent excessive information sharing by parents; In this regard, a comparison of the Brazilian and European models was performed. Finally, within the normative scenario, it is concluded that the LGPD sought to impose limits on the treatment of children's data, a measure that conveys the most advanced in terms of strengthening children and adolescents as subjects of rights and protagonists of their children rights.

KEYWORDS: Sharenting. Freedom of expression. Privacy. Right to Forgetfulness. Protection of Personal Data.

1 | INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo é caracterizado pela grande quantidade de informações lançadas na rede mundial de computadores e as consequentes formas de utilização desses dados. Com isso, surgem entraves jurídicos importantes ligados aos direitos da personalidade, em especial a privacidade, no tocante ao mau uso, ou ao uso não autorizado, desses dados. Diante desse cenário, é crescente a discussão sobre o tratamento de dados, os deveres e a responsabilidade dos provedores de aplicação em relação à coleta, a guarda e o uso de informações.

O presente trabalho tem por finalidade discutir o contexto da exposição de dados pessoais de crianças quando os pais, familiares, amigos ou qualquer pessoa ligada aos menores, que inserem informações a respeito destes na internet. Importante salientar que essa situação pode ocorrer nas situações mais rotineiras da criança, como a do pai orgulhoso dos êxitos de seu filho que posta em suas redes sociais fotografias e comentários sobre o menor.

O compartilhamento de informações feito pelos pais na internet é denominado *sharenting*. Procurar-se-á analisar a evolução das discussões referentes à colisão entre liberdade de expressão e a privacidade associando-as à esse contexto.

Sabe-se que é recorrente nos dias atuais a utilização das redes sociais para expressar aspectos da vida, das experiências da maternidade ou paternidade, sendo que

tal hábito e constitui uma das vertentes do direito de se expressar livremente. Todavia, ao exercerem essa liberdade, os pais expõem, sem o consentimento dos filhos, dados a respeito desses, situação essa que, futuramente, pode não corresponder ao seu desejo. Com isso, a liberdade de expressão dos pais colide com interesses relativos à privacidade dos filhos.

Procurar-se-á discutir também o papel dos provedores de aplicações de internet, em especial das redes sociais e ferramentas de busca, no intuito de limitar a divulgação de informações de caráter pessoal de crianças. Por fim, será analisado o atual contexto regulatório brasileiro em relação ao tema e, paralelamente, com o direito comparado, objetivando investigar quais condutas poderiam ser adotadas pelos provedores de aplicação na indústria do *sharenting*.

2 | O SHARENTING E OS DADOS PESSOAIS DOS MENORES

Sharenting é uma expressão da língua inglesa que decorre da união das palavras “share” (compartilhar) e “parenting” (cuidar, no sentido de exercer o poder familiar). Essa prática funda-se no hábito dos pais, ou responsáveis legais, postarem informações, fotos e dados dos menores que estão sob a sua tutela na internet. O compartilhamento dessas informações, via de regra, decorre da nova forma de relacionamento via redes sociais e é realizado no âmbito do legítimo interesse dos pais de contar, livremente, as suas próprias histórias de vida, da qual os filhos são um elemento central. (STEINBERG, 2017, p. 877)

O entrave jurídico que decorre do *sharenting* diz respeito aos dados pessoais das crianças que são inseridos na internet ao longo dos anos e que lá permanecem, sendo que podem ser acessados muito tempo após a publicação, tanto pelo titular dos dados (a própria criança à época da divulgação) quanto por terceiros. De acordo Steinberg, essas informações podem causar impactos desde a infância até a vida adulta e podem expor as crianças a constrangimentos em razão de histórias, fotografias ou comentários divulgados na *web* que possam ser considerados embaraçosos. (2017, p. 877)

Na acepção jurídica do termo, dado pessoal é toda e qualquer informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, consoante dispõe o art. 5º., da Lei n. 13.853/2019 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD¹. Assim, ao exporem o nome dos próprios filhos na internet, por exemplo, os pais estarão divulgando os dados pessoais da criança. Podem também ser enquadradas nesse conceito informações que, quando analisadas em conjunto, permitam identificar o titular dos dados. Com efeito, imprescindível que tais informações estejam relacionadas a sujeitos identificados ou identificáveis para serem consideradas dados pessoais.

Importante ressaltar que, ainda que a intenção dos pais de exporem seus filhos não

1 BRASIL. Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 28/03/2020.

seja explícita, ou, ainda, que os pais tentem exercer mecanismos para preservar os dados pessoais dos menores – omitindo o nome, por exemplo – a análise do comportamento dos adultos nas redes sociais pode permitir que terceiros façam inferências a respeito de informações que possam ser associadas a uma criança concreta e específica, tais como localização, idade, aniversário e religião. (STEINBERG, 2017, p. 848)

O conceito de *sharenting* contempla também aquelas situações em que os pais fazem a gestão da vida digital de seus filhos na *internet*, criando perfis em nome das crianças em redes sociais e postando continuamente informações sobre sua rotina. Nessa situação, os pais não estão tão somente administrando as suas próprias vidas digitais, mas também criando redes paralelas em nome de seus filhos.

Conseqüentemente, a exposição de informações dos menores de maneira exacerbada pode representar ameaça à intimidade, vida privada e direito à imagem das crianças, interesses estes que são expressamente protegidos pelo art. 100, V, da Lei n. 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)².

A concepção de privacidade é contextual, temporal e varia muito de acordo com o modo de vida e nível de exposição que o próprio titular do direito está disposto a oferecer. Dessa forma, é perfeitamente possível – senão provável – que o critério sobre privacidade que os pais possuam seja diferente daquele que a criança vai desenvolver na vida adulta. Ou seja, a criança pode desaprovar a conduta dos seus pais e entender que teve sua vida privada exposta indevidamente durante a infância. (EBERLIN, 2017, p. 259)

Isso não quer dizer que o compartilhamento, pelos pais, de informações referentes aos seus filhos seja absolutamente vedado. Isso porque cabe a eles o poder-dever de cuidar dos filhos e decidir o que é mais conveniente para eles, inclusive no âmbito digital. Além do mais, há que ser considerada a liberdade de expressão dos pais de manifestar os seus próprios momentos ao lado dos filhos, ainda que isso acarrete a divulgação dos dados pessoais deles.

Em verdade, pressupõe-se que, na maioria das vezes, não há a intenção por parte do pai ou da mãe de expor seus filhos e respectivos dados; todavia, muitas vezes os responsáveis legais não têm conhecimento das conseqüências que o seu comportamento on-line pode causar aos menores ao longo do tempo. (STEINBERG, 2017, p. 847)

A ausência de compreensão das conseqüências em expor os dados decorre do baixo entendimento dos mecanismos da sociedade da informação, que tem como um dos pressupostos a constante coleta de dados. Assim, a falta de conhecimento e de aspectos práticos para limitar a coleta de dados dificulta sustentar, inclusive, que os pais seriam

2 Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas:

(...)

V - privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;

responsáveis pela excessiva exposição de informações de seus filhos.

Alguns exemplos da sociedade da informação mostram como a questão dos dados se torna complexa em função, por exemplo, da interação constante entre os diversos tipos de mídia. Acerca desse novel modelo de sociedade, destaca-se:

A sociedade da informação é uma nova formação política, social e econômica firmada por relações em rede, centrada na coleta, seleção, triagem e distribuição de dados por meio das tecnologias da informação. Os processos e funções essenciais em sociedade permanecem em constante e rápida transformação. E, com o advento da internet e o seu crescente uso, tornou-se ainda mais viável o exercício das liberdades atinentes ao tratamento da informação e aos modos de expressão, possibilitando ainda a imortalização e o compartilhamento de notícias e dados diversos sem limites de tempo e espaço. (MOREIRA; MEDEIROS, 2016)

Ou seja, nesse modelo de sociedade, alguns comportamentos que outrora expunham crianças, mas que eram de certa forma controlados, hodiernamente não existe a mesma possibilidade de controle. Além disso, a sociedade da informação permite que terceiros disponibilizem na internet informações pessoais de crianças, tais quais as escolas que compartilham fotos em redes sociais de eventos, competições e festas envolvendo a participação de menores.

Nesse contexto de ambiente escolar, as fotografias tiradas por pais de alunos de seus filhos em eventos do colégio com outras crianças disponibilização ulterior dessas fotografias nas redes sociais já foi objeto de grande debate no Reino Unido. No ano de 2013, Bessant conduziu uma pesquisa junto a 206 autoridades locais responsáveis pela gestão educação na Inglaterra, Escócia e País de Gales. O resultado obtido apontou para o entendimento de que os pais podem fotografar seus filhos com outras crianças, desde que as fotografias se restrinjam a uma utilização pessoal. Todavia, o compartilhamento das fotos na internet é uma questão que ainda não foi respondida pela regulamentação do Reino Unido, o que causa bastante debate naqueles países. (2014, p. 271)

E não é somente os pais que podem expor as crianças e algum conteúdo que ofenda a privacidade delas, mas elas próprias. Nesse sentido, destaca-se o *cyberbullying*, prática esta que vem ganhando espaço na internet e que pode expor indevidamente informações pessoais de menores. De acordo com Viana, Maia e Albuquerque (2017), essa prática é um problema de saúde pública que justifica certas limitações à liberdade de expressão.

Steinberg (2017, p. 867) sugere que, uma das alternativas no campo das políticas públicas para o tema, seria a implementação de medidas para educar os pais acerca do uso de mídias sociais e que reconheçam a necessidade de proteção da privacidade das crianças. Referida proposta permitiria não apenas aos pais, mas também a parentes, amigos, colégios e quaisquer outros terceiros que tenham relação com crianças, a aquisição de conhecimentos importantes sobre os riscos envolvidos pelo uso de redes sociais em se tratando de compartilhamento de informações referentes a menores. Esse tipo de conhecimento permitiria aos pais compartilharem suas histórias de vida nas redes

sociais protegendo, ao mesmo tempo, a privacidade de seus filhos.

Nesse sentido, busca-se também no presente artigo debater a respeito de mecanismos de informação e educação digital, em especial sob a ótica das obrigações específicas dos provedores de aplicativos de internet que, de algum modo, lidam com dados pessoais de crianças, paralelamente à proteção conferida pela LGPD. Para tanto, primeiramente faz-se necessário demonstrar a atual dimensão dos direitos fundamentais à liberdade de expressão e à proteção de dados pessoais.

3 | A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A liberdade de expressão, direito fundamental insculpido no art. 5º, IV da Constituição Federal (CF) estabelece o direito à livre manifestação do pensamento e o art. 220 da Lei Maior enfatiza a liberdade de informação, rechaçando de maneira expressa qualquer previsão que venha constituir entrave à liberdade de expressão ou qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística.

Hodiernamente, a interpretação da jurisprudência no que diz respeito à liberdade de expressão é a de que dita garantia não tem caráter absoluto, que deve ser ponderado com o direito à dignidade, à honra e à imagem, além de outros direitos fundamentais e, além do mais, podem ser aplicadas à sua atual dimensão no mundo digital (EBERLIN, 2017, p. 262). A internet e as redes sociais viabilizaram a possibilidade da manifestação de pensamento de forma imediata e rápida, seja a respeito de si próprio ou de terceiros. Diante disso, paralelamente à proteção da privacidade, a garantia do direito à liberdade de expressão foi reconhecida no MCI como “condição para o pleno exercício do direito de acesso à internet” (art. 8º da Lei 12.965/2014). Na mesma linha, a LGPD, em seu art. 2º, III, indicou a liberdade de expressão como fundamento da disciplina relativa à proteção de dados.

No que diz respeito aos dados pessoais, sua proteção está ligada à tutela da privacidade e as características de complementariedade e solidariedade dos princípios constitucionais (§ 2º do art. 5º da CF). O art. 5º, X da CF prevê que são “invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. Por seu turno, o Código Civil (CC), preconiza que a vida privada da pessoa natural é inviolável (art. 21), constituindo a privacidade um direito de personalidade.

Nesse sentido, a evolução histórica da legislação sobre proteção de dados demonstra o liame desse direito com a tutela da privacidade. Mendes explica essa evolução em 4 gerações de leis (MENDES, 2014, p. 37).

Na década de 70, os indivíduos se preocupavam com os bancos de dados das Administrações Públicas e do poder que esses dados conferiam ao Estado sobre a vida privada dos cidadãos. Nesse momento, as leis estabeleciam procedimentos para novos bancos de dados, tal qual a exigência de autorização pública prévia para criação de um

sistema de armazenamento.

Posteriormente, em uma segunda fase, a preocupação se concentrava nas normas de proteção de dados pessoais e privacidade, ultrapassada a preocupação com o procedimento em si. A terceira geração, a partir da década de 80, consagrou a ideia de autodeterminação informativa, vale dizer, as pessoas passam a participar do processamento de dados “como um envolvimento contínuo em todo o processo, desde a coleta, o armazenamento e a transmissão e não apenas como opção entre ‘tudo ou nada’” (MENDES, 2014, p. 42).

A quarta geração de proteção de dados consagrou a proteção dos denominados “dados sensíveis”, além de instituir normas setoriais a respeito do assunto. Nesse sentido, tem-se por dados sensíveis aqueles que se relacionam a questões particulares das pessoas, tais como gênero, orientação sexual, origem social e étnica, convicções políticas, orientação religiosa, questões filosóficas, dados de saúde, informações genéticas, dentre outras. No Brasil, esse conceito foi positivado pela Lei do Cadastro Positivo (Lei n. 12.414/2011, art. 3º, § 3º, II).

Posteriormente, a LGPD dispõe no art. 5º, inciso II, que: D

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Essa construção legislativa se desenvolveu juntamente à sociedade dos dados, segundo a qual, de acordo com Schreiber (2011, p. 129), traz à privacidade um significado que vai além da tradicional proteção da vida íntima, representando um direito de controle sobre os dados pessoais, isto é, o direito de a pessoa escolher se quer ou não ter as suas informações divulgadas e compartilhadas.

Em se tratando do *sharenting*, essa nova geração do direito à privacidade é bastante complexa. De acordo com Steinberg, as crianças possuem interesse em proteger as informações a seu respeito que foram postadas por seus pais, evitando sua disseminação sem controle, assim como podem não concordar com a decisão dos pais de compartilhar informações pessoais; no entanto, as crianças não possuem uma opção de *opt-out* e nenhum tipo de controle em relação às decisões de seus pais que deixem rastros digitais. Essa falta de controle por parte dos titulares dos dados (no caso, as crianças) nega o exercício do direito à autodeterminação informativa (2017, p. 843).

Daí porque afirmar que a proteção à privacidade ganha contornos bastante complexos. De acordo com Mendes, o reconhecimento da proteção de dados pessoais como direito fundamental é uma “necessidade para tornar efetivos os fundamentos e princípios do Estado Democrático de Direito, na sociedade contemporânea da informação, conforme determina a Constituição Federal” (2014, p. 172).

No caso específico da internet, o MCI estabeleceu, expressamente, a proteção da

privacidade e dos dados pessoais como princípio do uso da internet no Brasil (art. 3º, II e III da Lei 12/965/2014), o que foi ratificado pela LGPD (art. 2º), corroborando, portanto, o entendimento acima.

Em uma abordagem internacional, o caráter fundamental do direito à proteção de dados foi expressamente reconhecido na legislação comunitária europeia, por meio do Regulamento 2016/679³, que considera a proteção de dados como um direito fundamental (arts. 1º e 2) e que deve ser equilibrado com outros direitos fundamentais em conformidade com o princípio da proporcionalidade.

Assim, no caso do *sharenting* há dois interesses opostos em colisão. De um lado, os direitos fundamentais à privacidade e à proteção de dados pessoais das crianças e, do outro, o direito à liberdade de expressão de terceiros no ambiente digital. Nesse sentido, o conflito entre as normas que regulam tais direitos deve ser endereçado por meio de técnicas de ponderação.

Alexy explica que as normas são classificadas como regras ou princípios. As regras devem ser analisadas como normas que impõem condutas (ou proibição de condutas) e que devem ser aplicadas a um determinado caso concreto na exata maneira como formuladas; nem mais, nem menos (2012, p. 91). Por seu turno, o conflito entre regras ocorre na dimensão da validade das normas, vale dizer, uma regra será válida e a outra não. Já os princípios, são “normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes” (2012, p. 90).

Ou seja, os princípios são mandamentos de otimização, normas de maior generalidade, se e quando analisadas isoladamente, podem levar a resultados diferentes em uma mesma situação concreta. Os princípios em colisão devem ser sopesados com base na máxima da proporcionalidade, isto é, deverá haver a relativização dos princípios em face das possibilidades jurídicas em cada caso concreto (2012, p.117).

Sobre o assunto, Canaris reconhece que “pertence à essência dos princípios gerais de Direito que eles entrem, com frequência, em conflito entre si, sempre que, tomados em cada um, apontem soluções opostas” (2002, p. 205). Nesse ínterim, para se trabalhar com as aparentes contradições de princípios e valores, deve-se lançar mão de ferramentas tais como a interpretação sistemática, vale dizer, interpretar uma norma ou uma situação entendendo o sentido de cada princípio para o sistema e buscando uma solução que faça valer esse sentido dentro do caso concreto (CANARIS, 2002, p. 205).

Diante desse contexto atual, entende-se que a atuação direta e maior regulação dos aplicativos de internet pode contribuir para que se alcance a melhor solução, por serem intermediários na divulgação de dados. Para tanto, imprescindível compreender quais os critérios e extensão da responsabilidade desses aplicativos, quer existentes, ou demandar por eles, se inexistentes.

3 Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho nº 2016/679, de 27 de abril de 2016, Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. Disponível em: <<http://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679&from=en>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

Nesse sentido, o contexto atual brasileiro aponta para um caminho de pouca responsabilidade dos provedores de aplicativos no que diz respeito ao conteúdo gerado por terceiros, independentemente da natureza das atividades que realizam⁴. Assim, o MCI estabeleceu a regra no sentido de que os provedores de aplicação somente serão responsabilizados se deixarem de cumprir ordem judicial específica, “no âmbito e nos limites técnicos de seu serviço” (art. 19). Em se tratando de conteúdo gerado por terceiros conter imagens, vídeos ou outros materiais “contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado”, o provedor deve adotar medidas imediatas, independentemente de ordem judicial, mas ainda sim “no âmbito de e nos limites técnicos de seu serviço” (art. 21). Em se tratando de *sharenting*, isso significa que os *websites* só estariam obrigados a adotar medidas independentemente de ordem judicial em casos extremos como os de pedofilia.

Sobre o assunto, o modelo europeu indica um caminho da existência de deveres, com maior rigor e de maior amplitude na responsabilização dos provedores de aplicativos, inclusive ferramentas de busca, fundamentados no direito ao esquecimento, em relação ao conteúdo gerado por terceiros como será demonstrado a seguir.

3.1 O modelo europeu e as alternativas para o modelo brasileiro

O “velho mundo” regula a proteção de dados e a respectiva inserção destes por terceiros na rede mundial de computadores com maior rigor. Aqui, eleger-se-á o caso “Lindqvist” (UNIAO EUROPEIA, 2014) como marco da implementação desse modelo. Nesse precedente, a Sra. Lindqvist, além de exercer suas atividades profissionais, era catequista numa Paróquia na Suécia. Em 1998, no âmbito de um curso de informática que havia frequentado, resolveu desenvolver uma página de internet, com seu computador e em sua residência, para que os paroquianos pudessem obter informações eventualmente necessárias para prepararem a crisma.

Nessa página criada pela a Sra. Lindqvist, esta inseriu informações pessoais a seu respeito de mais 18 colegas da Paróquia, incluindo nomes, hobbies, funções ocupadas na atividade paroquial, estado civil e número de telefone. Por sua vez, a Sra. Lindqvist não avisou os colegas da existência do site e, além disso, solicitou ao administrador da página de internet da igreja que fizesse um link para o site criado por ela. Assim que soube que alguns dos colegas não estavam satisfeitos com a página, a Sra. Lindqvist a retirou do ar. Por essa razão, a paroquiana foi processada por tratar dados de caráter pessoal sem obter a autorização dos seus titulares e sem avisar a autoridade de controle sueca.

4 O AgInt no REsp n. 1.593.873-SP44 é um caso emblemático a respeito do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a (ausência de) responsabilidade de provedores de aplicação pelo conteúdo gerado por terceiros. No caso específico, foi analisada a responsabilidade das ferramentas de busca e que, nos termos do acórdão, a ferramenta de busca é parte ilegítima para esse tipo de pedido, sendo que o ofendido deveria buscar medidas tendentes à supressão do conteúdo ofensivo diretamente perante aquele que disponibiliza esse conteúdo na rede e não perante o site de pesquisas. Naquele momento, um dos aspectos bastante acentuados nessa decisão é o fato de o Brasil não possuir uma legislação geral para proteção de dados pessoais até então.

(EBERLIN, 2017, p. 268)

Em prosseguimento, o Tribunal de Justiça da União Europeia entendeu que a disponibilização de informações de caráter pessoal da internet, deixando-as acessíveis a todos, mesmo na peculiar situação da Sra. Lindqvist, que era um site particular, sem finalidades econômicas, constitui tratamento de dados⁵.

Referida decisão foi um dos marcos para a construção de um conceito amplo sobre o que é tratamento de dados pessoais e tem o efeito prático de impor as obrigações da legislação de proteção de dados às mais singelas atividades que tragam qualquer tipo de divulgação de informações de caráter pessoal.

Ainda no âmbito no Direito Europeu, é emblemático o caso conhecido como “Google Spain” (UNIAO EUROPEIA, 2014). Nesse caso, o autor da ação, Sr. Mario Costeja González, sustentava que, quando pesquisado o seu nome, a ferramenta de buscas da Google apresentava duas páginas do jornal La Vanguardia do ano de 1998 com informações sobre a venda de imóveis decorrente de um arresto em função de dívidas que este possuía. Sustentava também que o processo de arresto já havia sido resolvido há vários anos e que não havia pertinência na referência ao mesmo no site de busca, motivo pelo qual requereu que seus dados pessoais deixassem de aparecer nos resultados de pesquisa associados aos fatos acima narrados. De outro lado, a Google alegou não ter controle sobre o conteúdo postado por terceiros e que o Autor deveria adotar as providências que entendesse pertinentes diretamente junto ao site que publicou as informações.

Mais uma vez, o Tribunal de Justiça da União Europeia entendeu que a atividade realizada pela Google se enquadra no conceito de tratamento de dados pessoais, estando sujeita às obrigações respectivas, dentre as quais se encontram a de assegurar a correção e exatidão dos dados. Além do mais, o Tribunal enfrentou a necessidade de contrabalancear os interesses do autor e os da coletividade, em especial daqueles que, por qualquer motivo, queiram ter acesso à informação. A conclusão do Tribunal apontou pelo reconhecimento do direito ao esquecimento no caso concreto por não haver razões especiais que justificassem um interesse preponderante da coletividade na informação referente às dívidas já quitadas pelo autor da ação.

Nesse aspecto, importante salientar que o reconhecimento do direito ao esquecimento pelo Tribunal de Justiça da União Europeia e da obrigação de o provedor de aplicações adotar medidas para efetivar esse direito é um indicativo importante para a proteção dos interesses das crianças no *sharenting*. Assim, de acordo com Steinberg, o reconhecimento do direito ao esquecimento pode ser uma alternativa para encontrar o justo equilíbrio entre a proteção da privacidade da criança e a liberdade de expressão dos pais. De acordo com a autora, quando os pais compartilham informações sobre o seus filhos na

5 A Sra. Lindqvist, também, foi acusada de ter transferido dados pessoais para outros países sem autorização dos seus titulares, na medida em que os disponibilizou na rede mundial de computadores, de modo que pudessem ser acessados por residentes em outros países. Sobre esse aspecto, o Tribunal entendeu que a acusação não procedia, pois o site e os dados pessoais estavam hospedados dentro do próprio Estado ou de um Estado Membro.

internet, eles tem o objetivo de expressar questões ligadas, em especial, ao crescimento dos filhos e ao seu momento de vida como pai ou mãe. Esse objetivo perde o propósito com o crescimento da criança, de modo que a imposição da obrigação de apagar os dados pessoais de crianças de sites de busca com o passar do tempo assegura, ao mesmo tempo, o direito dos pais de se manifestarem em relação ao crescimento de seus filhos e os interesses das crianças em relação aos seus dados pessoais (STEINBERG, 2017, p. 876).

Apesar de não estar positivado expressamente no ordenamento jurídico pátrio, o direito ao esquecimento é reconhecido pela doutrina brasileira. Nesse sentido, Chehab o conceitua como “a faculdade que o titular de um dado ou fato pessoal tem para vê-lo apagado, suprimido ou bloqueado, pelo decurso do tempo e por afrontar seus direitos fundamentais” (2015).

Acioli e Erhardt Júnior (2017) entendem que algumas expressões do direito ao esquecimento estão presentes no MCI (como o direito à exclusão dos dados pessoais - art. 7º - e o direito à remoção de conteúdo gerado por terceiros que divulgue, sem autorização, materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado - art. 21). Nesse sentido, o art. 60 da LGPD regulamentou nas disposições finais e transitórias o direito de exclusão estampado no art. 7º do MCI.

Dessa forma, tem-se que o direito ao esquecimento é reconhecido pela doutrina e jurisprudência e que o mundo digital possui aspectos específicos que colocam as crianças em situação de vulnerabilidade acentuada. Nessa senda, o sistema jurídico pátrio possui normas estabelecendo obrigações de cuidado em relação às crianças (art. 227 da CF e art. 100, V do ECA), obrigações de prestar informações claras e precisas sobre os serviços contratados e seus riscos, com base na boa-fé (art. 31 do CDC e art. 113 do CC) e obrigações de reparar danos (arts. 6º, VI e 7º, § único do CDC e 927 do CC).

Da análise de todo esse aparato normativo, pode-se eleger duas espécies de obrigações decorrentes: a primeira seria uma obrigação de caráter preventivo, vale dizer, de melhorar a qualidade das informações sobre os serviços oferecidos, em especial dos riscos associados ao compartilhamento de dados, sendo que cuidado deve ser redobrado quando o provedor detectar a possibilidade de compartilhamento de informações de crianças.

Em segundo, a obrigação que pode ser adotada no atual contexto da legislação brasileira é de caráter corretivo, ou seja, como as crianças não possuem qualquer controle sobre os dados que seus pais – ou terceiros correlatos – postam a seu respeito, o exercício de direitos depende da instituição de mecanismos capazes de apagar esses dados a seu respeito que foram postados por terceiros ao longo da infância.

A União Europeia, por meio da General Data Protection Regulation (GDPR), em vigor desde maio de 2018, explicitamente reconhece que crianças e adolescentes precisam de maior proteção. Segundo a regulação, essa proteção específica deve ser aplicada à

utilização de dados pessoais de crianças e adolescentes para efeitos de comercialização, de criação de perfis e na coleta de dados pessoais em serviços disponibilizados diretamente a eles. Para serviços da sociedade da informação, há a obrigação de consentimento parental ou de responsável legal para coleta tratamento de dados de pessoas com até 16 anos de idade, ainda que os Estados-membros possam definir a idade de maioridade para consentimento, desde que não inferior a 13 anos.

Ainda, o regramento europeu define que qualquer informação e comunicação sobre os procedimentos da coleta e tratamento de dados deve estar redigida em uma linguagem clara e simples, que crianças e adolescentes compreendam facilmente. Nos Estados Unidos, desde 1998, o Children's Online Privacy Protection Act (COPPA), atualizado em 2013, especifica regras para a garantia da privacidade de crianças na Internet, incluindo a notificação parental para o tratamento de dados e a aprovação da coleta em caso de compartilhamento dos dados com terceiros

Nesse sentido, a LGPD buscou tutelar essa categoria de indivíduos no contexto da sociedade da informação.

4 | O TRATAMENTO DA LGPD EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Lei Geral de Proteção Dados Pessoais (LGPD) sancionada recentemente cria direitos dos cidadãos e regras para empresas e poder público no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais no Brasil. Com o intuito de proteger de forma especial os hipervulneráveis, a norma jurídica contempla, em seu artigo 14, especificidades para o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes para protegê-los de qualquer forma de exploração ou violação de seus direitos.

A criança está em condição peculiar de desenvolvimento social e biopsíquico. Por isso, crianças e adolescentes podem estar menos cientes dos riscos e consequências do tratamento de dados, bem como dos direitos correlatos. Esta afirmação é ainda mais relevante diante da característica da atividade de tratamento de dados, invisível aos olhos, abstrata e, ainda assim, com alto grau de complexidade, dificultando sua observação e entendimento, especialmente para crianças.

Nesse sentido, imprescindível que uma lei geral de proteção de dados traga parâmetros mínimos para a regulação desta questão, de acordo com o dever constitucional de prioridade absoluta das crianças nas políticas e normas legais e assegurando-lhes o respeito ao seu melhor interesse.

A LGPD estabelece, no artigo 14, o melhor interesse de crianças e adolescentes como base legal exclusiva para a autorização do tratamento de dados dessas pessoas, colocando-as a salvo de toda forma de exploração ou violação de direitos.

No caso de dados pessoais de crianças, pessoas de até 12 anos de acordo com o ECA, é exigido consentimento para a coleta de dados. Pelo menos um dos pais ou

o responsável legal precisa dar o consentimento para a operação e, diferentemente do consentimento em outros casos, esta manifestação deve ser específica para cada caso, solicitada em destaque, além de livre, informada e inequívoca, tal qual os demais previstos na lei.

A coleta e uso dos dados pessoais de crianças podem ocorrer sem consentimento parental apenas em duas situações: a primeira é justamente para contatar os pais ou o responsável legal, desde que os dados sejam utilizados uma única vez e sem armazenamento. Na segunda hipótese de dispensa de consentimento parental, quando o objetivo for a proteção desses indivíduos que estão em peculiar estágio de desenvolvimento. Em nenhum dos casos os dados pessoais em questão poderão ser repassados a terceiros.

Nesse sentido, o controlador dos dados deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento foi dado pelo responsável pela criança, considerando as tecnologias disponíveis. Órgão competente deve regulamentar as práticas adequadas e em quais hipóteses se supõe que o melhor esforço foi empregado. A criança poderá até utilizar um aplicativo de jogo no celular antes do responsável legal autorizar a coleta, porém seus dados pessoais não poderão ser coletados.

O parágrafo 4º do artigo 14 da LGPD prevê que os controladores de dados não devem condicionar a participação de crianças ao fornecimento de dados pessoais em jogos, aplicações de internet ou outras atividades semelhantes. Ou seja, se não há consentimento parental para o tratamento, as crianças mesmo assim devem continuar tendo acesso. Ainda, os responsáveis por estes sistemas e soluções devem observar a regra da minimização da coleta ao estritamente necessário à atividade.

Além das obrigações de transparência previstas em outros artigos da LGPD, o artigo 14 obriga os controladores de dados pessoais a manterem pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos dos titulares tais como: confirmação da existência do tratamento; acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei; portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa do titular; eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular; informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e as consequências e revogação do consentimento.

As crianças e adolescentes estão em um processo contínuo e inconcluso de desenvolvimento de suas capacidades, inclusive da compreensão de conceitos abstratos, técnicos ou jurídicos. Pensando nisso, os legisladores brasileiros inovaram ao prever, no parágrafo 6º do artigo 14 da LGPD, que as informações sobre o tratamento de dados de crianças e adolescentes deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível – com uso de recursos audiovisuais, quando adequado, a crianças – para que eles possam ter contato com este universo progressivamente e, à medida de seu amadurecimento,

tomar conhecimento das práticas de tratamento de dados e assumir sua autodeterminação informacional.

O Brasil, com a aprovação do LGPD, se enquadra na lista de países que entendem as crianças como sujeitos em desenvolvimento e que essa condição inerente exige proteção adicional a estes sujeitos, de forma que o tratamento de seus dados só podem ser tratados com consentimento de ao menos um dos pais ou responsável legal.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um primeiro momento, mister salientar que o *sharenting* é um fenômeno atual e intimamente ligado à sociedade da informação, sendo que, quando realizado dentro de certos limites, é atividade legítima do exercício da liberdade de expressão por parte dos pais que querem compartilhar informações a respeito de seus filhos.

No entanto, ao sopesar os riscos decorrentes da exposição exagerada de informações sobre as crianças na internet, assim como os interesses também legítimos das crianças em relação à privacidade, imprescindível que sejam adotadas medidas que balizem esse comportamento.

Assim, a complementariedade e a solidariedade na interpretação das garantias constitucionais do indivíduo, como a proteção de dados pessoais, a privacidade, o direito ao esquecimento e a garantia à liberdade de expressão é medida que se impõe na intenção de garantir o exercício de tais direitos de maneira universal.

Além das possibilidades analisadas ao longo do texto, sustenta-se que políticas públicas teriam sobremaneira importância no que diz respeito à educação em relação ao uso das ferramentas digitais. Tais políticas podem ser executadas pelo próprio Estado e pelas empresas que exploram as atividades econômicas ligadas ao *sharenting*, tais quais as redes sociais e as ferramentas de busca.

Em especial aos aplicativos e ferramentas de busca da internet, partindo-se da premissa que elas criam o ambiente para que o *sharenting* ocorra e que, também, criam expectativas de segurança em relação aos dados pessoais, mister que a caminhem para a prevenção e correção de eventual exposição de informações de crianças, ainda que realizada por seus pais ou responsáveis legais, que ultrapasse os limites de violação de seus direitos.

No Brasil, a construção do caminho para proteção dos interesses das crianças com a preservação dos demais interesses envolvidos pode decorrer tanto de uma evolução legislativa, como da evolução no entendimento jurisprudencial, objetivando a efetivação de medidas concretas pelos provedores, especialmente no que tange às obrigações de informação e à implementação de mecanismos técnicos para viabilizar o direito ao esquecimento.

Nessa senda, a LGPD buscou impor limites no tratamento dos dados das crianças, medida esta que transmite o que há de mais avançado em termos de educação/comunicação e fortalecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e protagonistas de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Bruno de Lima; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque. Uma agenda para o direito ao esquecimento no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 3, 2017.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2012.

BESSANT, Claire. Data protection, safeguarding and the protection of children's privacy: exploring local authority guidance on parental photography at school events. **Information & Communications Technology Law**, v. 23, n. 3, p. 256-272, 2 set. 2014. Informa UK Limited. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13600834.2014.973178>>. p. 271>. Acesso em: 02/05/2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgInt no Recurso Especial n. 1.593.873-SP**. Agravante: Google Brasil Internet Ltda. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, DF, 10 de novembro de 2016. DJe. Brasília, 17 set. 2019.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CHEHAB, Gustavo Carvalho. O direito ao esquecimento na sociedade da informação. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 563-596.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Ciberespaço e conteúdo ofensivo gerado por terceiros: a proteção dos direitos de personalidade e a responsabilização civil dos provedores de aplicação, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 3, 2017.

EBERLIN, Fernando Büscher von Teschenhausen. Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 255-273.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. Direito ao Esquecimento e Internet: o fundamento legal no Direito Comunitário europeu, no Direito italiano e no Direito brasileiro. **Revista dos Tribunais**, v. 946, p.77-109, ago. 2014.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MOREIRA, Rodrigo Pereira; MEDEIROS, Jaqueline Souza. Direito ao Esquecimento: Entre a Sociedade da Informação e a Civilização do Espetáculo. **Revista de Direito Privado**, v. 70, p. 71-98, 2016

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

STEINBERG, Stacey B. Sharenting: Children's privacy in the age of social media. **Emory Law Journal**, **Atlanta**, v. 66, p. 839-884, 2017. Disponível em: <<http://scholarship.law.ufl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1796&context=facultypub>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. Tribunal de Justiça da União Europeia. **Acórdão nº C-131/12**. Google Spain SL, Google Inc. / Agencia Española de Protección de Datos, Mario Costeja González. Luxemburgo, 2014. Disponível em: <<http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?docid=152065&doclang=PT>>. Acesso em: 09 set. 2019.

VIANA, Janile Lima; MAIA, Cinthia MANESSES; ALBUQUERQUE, Paulo Germano Barrozo de. O cyberbullying e os limites da liberdade de expressão. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 3, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação direta de inconstitucionalidade 1, 5, 9, 14, 15, 173
Ação popular 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24
Adolescente 110, 113, 139
Advogado 9, 12, 41, 56, 58, 85, 91, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 166, 182, 185, 187, 188, 190, 194, 257
Agência bancária 154, 159
Antropologia 229, 235, 236, 237, 238, 239, 240
Argentina 25, 26, 29, 30, 31, 32, 62, 82, 83, 88, 89, 92

B

Brasil 5, 6, 3, 4, 5, 6, 15, 17, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 41, 42, 43, 62, 63, 80, 82, 84, 89, 90, 92, 112, 116, 117, 118, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 143, 145, 150, 156, 159, 164, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 183, 189, 193, 195, 203, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 230, 232, 233, 234, 237, 241, 242, 244, 245, 248, 249, 251, 252, 255, 256, 257

C

Cidadania 2, 97, 166, 207, 208, 209, 210, 211, 217, 218, 219, 220, 239, 241, 242, 244, 245, 248, 249, 255, 256
Código de processo civil 8, 19, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 61, 70, 71, 74, 77, 78, 80, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 187, 196, 203, 205, 224
Consumidor 64, 103, 104, 124, 139, 140, 143, 144, 145, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184
Contrato 16, 64, 66, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 126, 127, 128, 129, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 148, 176, 179, 180, 187, 188, 189, 192, 193, 226, 254
Controle de constitucionalidade 1, 2, 3, 4, 6, 10, 15, 16, 20, 21, 23
Criança 110, 111, 112, 113, 119, 120, 121, 122, 139
Cultura da pacificação 185, 190, 194

D

Dados pessoais 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123
Direito 1, 3, 8, 10, 12, 15, 17, 18, 19, 22, 24, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 80, 88, 89, 90, 93,

94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 143, 144, 145, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 255, 256, 257
Direitos humanos 54, 57, 58, 208, 209, 220, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 257
Doação 125, 126, 127, 128, 129, 134, 135, 136

E

Ensino 5, 7, 22, 207, 208, 211, 212, 213, 217, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 257

F

Feminino 210, 214, 217, 219, 243, 255
Função social 95, 96, 103, 104, 107, 132, 134, 136

J

Juiz 5, 6, 8, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38, 43, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 128, 150, 156, 177, 187, 190, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206
Jurisprudência 12, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 62, 64, 67, 69, 70, 85, 91, 100, 105, 110, 115, 120, 124, 153, 158, 160, 161, 180, 200, 201, 205

M

Movimento 103, 197, 201, 202, 203, 204, 206, 240, 246, 248

N

Negociação 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 254
Nexo de causalidade 146, 147, 149, 150, 151, 152

P

Personalidade jurídica 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70
Prescrição civil 25

R

Repercussão geral 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44
Representação 5, 85, 107, 207, 218
Responsabilidade 3, 40, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 87, 99, 104, 107, 111, 117, 118,

127, 139, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 161, 167, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 251

Responsabilidade civil médica 146, 149, 152

S

Saber 41, 46, 51, 63, 90, 105, 107, 152, 179, 194, 205, 223, 225, 227, 229, 230, 233, 237, 239

Sociedade contemporânea 116

Sucessão 69, 99, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

Superendividamento 168, 169, 181, 183

T

Transformação 114, 159, 173, 210, 219, 227, 230, 233, 244

U

Universidade 3, 4, 5, 6, 7, 1, 15, 16, 25, 32, 44, 45, 46, 47, 58, 59, 70, 82, 95, 108, 110, 146, 154, 167, 168, 186, 189, 191, 196, 201, 206, 207, 208, 213, 218, 235, 241, 257



***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020



***Direito em Movimento:
Saberes Transformadores da
Sociedade Contemporânea***

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020